



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA O CARGO DE AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO DA RECEITA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA DE CUIABÁ

**EDITAL Nº 02/2024
1ª RETIFICAÇÃO, 02 DE OUTUBRO DE 2024**

A **Secretaria Municipal de Fazenda de Cuiabá**, de acordo com os preceitos estabelecidos pela legislação em vigor, torna pública a primeira retificação ao Edital supracitado, cujas inclusões e alterações estão a seguir elencadas:

1. Retifica-se o item 3.1, passando a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê:

3. DO CARGO

3.1 A denominação do cargo, as áreas de especialização, o valor da taxa de inscrição, a remuneração, a carga horária, o número de vagas, o vencimento inicial e os benefícios agregados estão estabelecidos nas tabelas a seguir:

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR							
Requisitos de escolaridade						Valor da taxa de inscrição	
Certificado, devidamente registrado, de curso de nível Superior completo, em instituição reconhecida pelo MEC						R\$ 250,00	
QUADRO DE VAGAS							
Cargo	Área de Especialização	Salário Inicial *	Carga Horária	Vagas			
				Ampla Concorrência	Candidatos com Deficiência	Candidatos negros e índios	Total
Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal	Gestão Tributária	Até R\$ 21.980,47	40h/semana	04	01	01	06+CR
	Tecnologia da Informação			02	CR	01	03+CR
	Direito/Processo Tributário			02	CR	01	03+CR
Total				09	01	03	12+CR

*vencimento-base, produtividade e esforço coletivo, sem prejuízo de verba indenizatória disposta na Lei Complementar n. 139/2006 e suas alterações posteriores, nos casos em que couber. O valor final da remuneração depende da pontuação obtida em avaliações de desempenho para fins de produtividade e outras verbas atreladas ao desempenho.

Leia-se:

3. DO CARGO

3.1 A denominação do cargo, as áreas de especialização, o valor da taxa de inscrição, a



remuneração, a carga horária, o número de vagas, o vencimento inicial e os benefícios agregados estão estabelecidos nas tabelas a seguir:

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR							
Requisitos de escolaridade					Valor da taxa de inscrição		
Certificado, devidamente registrado, de curso de nível Superior completo, em instituição reconhecida pelo MEC					R\$ 250,00		
QUADRO DE VAGAS							
Cargo	Área de Especialização	Salário Inicial *	Carga Horária	Vagas			
				Ampla Concorrência	Candidatos com Deficiência	Candidatos negros e índios	Total
Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal	Gestão Tributária	Até R\$ 21.980,47	40h/semana	04	01	01	06+CR
	Tecnologia da Informação			02	CR	01	03+CR
	Direito/Processo Tributário			02	CR	01	03+CR
Total				08	01	03	12+CR

*vencimento-base, produtividade e esforço coletivo, sem prejuízo de verba indenizatória disposta na Lei Complementar n. 139/2006 e suas alterações posteriores, nos casos em que couber. O valor final da remuneração depende da pontuação obtida em avaliações de desempenho para fins de produtividade e outras verbas atreladas ao desempenho.

2. Retifica-se o item 9.6.3, passando a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê:

9.6.3. Direito/Processo Tributário:

ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO: DIREITO/PROCESSO TRIBUTÁRIO				
	Disciplinas	Nº de Questões	Peso	Pontos
Prova I	1. Língua Portuguesa	10	1	10
	2. RLM, Estatística e Matemática Financeira	10	1	10
	3. Direito Administrativo e Constitucional	15	1	15
	4. Direito Tributário I	15	2	30
	5. Direito Civil I, Empresarial I e Penal I	10	2	20
	6. Contabilidade Geral	10	1	10
TOTAL		70		95
Prova II	Disciplinas	Nº de Questões	Peso	Pontos
	1. Legislação Tributária Municipal	10	2	20
	2. Gestão e Liderança no Setor Público	20	2	40

	3. Direito Processual Civil	10	2	20
	4. Direito Civil II e Direito Empresarial II	10	2	20
	5. Direito Tributária II e Direito Processual Tributário	10	1	10
	6. Direito Administrativo II e Direito Constitucional II	10	2	20
TOTAL		70		130

Leia-se:

9.6.3. Direito/Processo Tributário:

ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO: DIREITO/PROCESSO TRIBUTÁRIO				
	Disciplinas	Nº de Questões	Peso	Pontos
Prova I	1. Língua Portuguesa	10	1	10
	2. RLM, Estatística e Matemática Financeira	10	1	10
	3. Direito Administrativo e Constitucional	15	1	15
	4. Direito Tributário I	15	2	30
	5. Direito Civil I, Empresarial I e Penal I	10	2	20
	6. Contabilidade Geral	10	1	10
TOTAL		70		95
	Disciplinas	Nº de Questões	Peso	Pontos
Prova II	1. Legislação Tributária Municipal	10	2	20
	2. Gestão e Liderança no Setor Público	10	1	10
	3. Direito Processual Civil	10	2	20
	4. Direito Civil II e Direito Empresarial II	10	2	20
	5. Direito Tributária II e Direito Processual Tributário	20	2	40
	6. Direito Administrativo II e Direito Constitucional II	10	2	20
TOTAL		70		130

3. Retifica-se o Anexo I, passando a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê (ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO) nas PROVAS 1 (P1) das áreas de especialização “GESTÃO TRIBUTÁRIA”, “TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO” e “DIREITO/PROCESSO TRIBUTÁRIO”, na disciplina “DIREITO TRIBUTÁRIO I”:

- DIREITO TRIBUTÁRIO I
 1. O Estado e o poder de tributar. 1.2 Fundamentos da imposição tributária, suas limitações no nosso ordenamento. 1.3 Imunidade, isenção, alíquota zero, diferimento, incidência e

não-incidência. 2. Sistema Tributário Nacional. 2.1 Princípios constitucionais tributários. 2.2 Competência Legislativa e Competência Tributária. 2.3 Limitações da competência tributária. 2.4 Discriminação, repartição, destinação e vinculação constitucional da receita tributária. 2.5 Fundos de participação. 3. Fontes do direito tributário. 3.1 Hierarquia das normas. 3.2 Vigência e aplicação da legislação tributária no tempo e no espaço. 3.3 Legislação tributária. 3.4 Conceitos. 3.5 Lei ordinária e lei complementar; Lei Delegada; Decretos Legislativos; Resoluções do Senado; Atos Normativos de Autoridade Administrativa; Decretos e Despachos Normativos do Executivo; Resoluções Administrativas; Portarias; Decisões Administrativas e Consultas. 3.6 Matérias reservadas à previsão por Lei Complementar. 3.7 Medida provisória. 3.8 Tratados e convenções internacionais. 3.9 Convênios do CONFAZ. 4. Regras de vigência, aplicação e integração. 4.1 Interpretação e integração da legislação tributária. 4.2 Decadência e Prescrição em matéria tributária (prescrição intercorrente judicial e administrativa). 5. Obrigação tributária. 5.1 Obrigação principal e acessória. 5.2 Fato Gerador: ocorrência, aspectos materiais, temporal e espacial. 5.3 Elementos valorativos: base de cálculo e alíquota. 5.4 Efeitos, consequências, validade e invalidade dos atos jurídicos. 5.5 Sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária: contribuinte e responsável. 5.6 Solidariedade. 5.7 A imposição tributária e as convenções particulares. 5.8 Capacidade tributária. 5.9 Domicílio tributário. 5.10 Preferência. 5.11 Fraude à execução. 5.12 Decretação de indisponibilidade no curso do processo executivo: requisitos e procedimento. 6. Responsabilidade tributária: sucessores, terceiros, responsabilidade nas infrações, responsabilidade dos diretores e gerentes das pessoas jurídicas de direito privado por dívidas sociais. 6.1 Responsabilidade supletiva. 6.2 Substituição tributária. 6.3 Pagamento indevido: Compensação e Repetição de Indébito. 6.4 À desconsideração da personalidade jurídica. 7. Crédito tributário: constituição, lançamento, natureza jurídica. 7.1 Caráter vinculado da atividade de lançamento, efeitos e modalidades. 7.2 Garantias e privilégios do crédito tributário. 7.3 Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. 7.4 Garantias e privilégios do crédito tributário. 8. Tributos. Conceito. 8.1 Natureza jurídica. 8.2 Classificação: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições sociais. 8.3 Contribuições: espécies e natureza jurídica. 8.4 Pedágio. 8.5 Tributação dos ganhos de capital: tendências do sistema e seus fundamentos. 8.6 Tributação sobre o valor agregado: tendências do sistema e seus fundamentos. 8.7 Imposto sobre Serviços (ISS). 8.8 Fato gerador, alíquota e base de cálculo. 8.9 Sujeito ativo e sujeito passivo. 8.10 ISS: conceito de serviço. 8.11 Serviços compreendidos na competência municipal. 8.12 Autonomia municipal e guerra fiscal. 8.13 Local da prestação de serviços, sede da empresa e sede do estabelecimento prestador para fins de tributação. 8.14 Jurisprudência do STJ e do STF. 8.15 Lista de serviços. 8.16 Serviços prestados para viabilizar a tecnologia da informação: provedor de acesso à internet, compras on line e aplicativos para prestação de serviços. 8.17 Relações ente ISS e ICMS: fornecimento simultâneo de mercadorias e serviços. 8.18 Imposto sobre prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicações. 8.19 Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). 8.20 Taxa de coleta de resíduo sólido. 8.21 Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP). 8.22 Tributos federais. 8.23 Tributos estaduais. 8.24 Contribuição de melhoria. 8.25 Contribuições sociais, econômicas e profissionais. 8.26 Contribuições sociais dos Estados. 8.27 Empréstimo compulsório. 8.28 Contribuições previdenciárias. 8.29 Taxas. 8.30 Preços públicos. 8.31 Taxa judiciária, custas e emolumentos. 9. Administração tributária: fiscalização, sigilo, auxílio da força pública, excesso de exação. 9.1 Dívida ativa: inscrição, presunção de certeza e de liquidez e consectários. 9.2 Certidões negativas. 9.3 Secretaria da Receita Federal. 9.4 Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). 9.5

Fiscalização. 9.6 Arrecadação. 10. Processo administrativo fiscal: consulta, contencioso administrativo. 10.1 Processo judicial tributário. 10.2 Dívida ativa. 10.3 Ações de iniciativa do fisco: execução fiscal, cautelar fiscal. 10.4 Ações de iniciativa do contribuinte: anulatória do débito fiscal, declaratória, de consignação em pagamento, de repetição de indébito, mandado de segurança. 10.5 Ação Rescisória. 10.6 Suspensão judicial da exigibilidade do crédito tributário. 10.7 Privilégios. 10.8 Contencioso fiscal. 10.9 Prerrogativas da Fazenda Pública em juízo. 10.10 Depósito. 11. Lei do processo administrativo tributário (Lei Municipal nº 7.888/2010). Lei do Imposto Predial e Territorial Urbano (Lei Municipal nº 4.476/1997 e alterações), Lei do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (Lei Municipal nº 6.075/2003 e alterações), Lei que disciplina a Taxa de Coleta de Resíduo Sólido (Lei Municipal nº 5.814/2002 e suas alterações). 11.1 Evasão e elisão tributárias. 11.2 Direito financeiro: sede constitucional, seu objeto e suas fontes. 11.3 Normas gerais de direito financeiro e de direito tributário: autonomia científica e normativa 11.4 Finanças Públicas. 11.5 Normas Gerais. 11.6 Orçamentos. 11.7 Plano Plurianual. 11.8 Diretrizes Orçamentárias. 11.9 Orçamentos Anuais. 11.10 Créditos Adicionais, Suplementares e Especiais. 11.11 Vedações. 11.12 Normas Previstas na Constituição. 11.13 Princípios Orçamentários. 11.14 Lei nº 4.320/1964. 11.15 Lei de Orçamento. 11.16 Receita e despesa. 11.17 Proposta Orçamentária. 11.18 Elaboração da Lei de Orçamento. 11.19 Exercício Financeiro. 11.20 Execução do Orçamento. 11.21 Fundos Especiais. 11.22 Controle da Execução Orçamentária. 11.23 Lei de Responsabilidade Fiscal. 11.24 Disposições Preliminares. 11.25 Planejamento. 11.26 Receita Pública. 11.27 Despesa Pública. 11.28 Transferências Voluntárias. 11.29 Exigências para Realização das Transferências Voluntárias. 11.30 Destinação de Recursos Públicos para o Setor Privado. 11.31 Dívida e Endividamento. 11.32 Gestão Patrimonial. 11.33 Transparência, Controle e Fiscalização. 12. Preços públicos, tarifas e taxas: distinção. 12. Preços públicos, tarifas e taxas: distinção. 12.1 Dívida ativa da União, de origem tributária e não-tributária. 12.2 Certidões negativas. Administração tributária. 13. Ilícito tributário. 13.1 Ilícito e sanção. 13.2 Ilícito administrativo tributário. 13.3 Sanção administrativa e sanção penal. 13.4 Responsabilidade penal. 13.5 Sanções pessoais e patrimoniais. 14. Sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições das microempresas e das empresas de pequeno porte (SIMPLES NACIONAL). 14.1 Lei Complementar n. 123/2006 e Resolução CGSN 140/2018.15. Jurisprudência e Súmulas do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso.

Leia-se:

DIREITO TRIBUTÁRIO I

1. O Estado e o poder de tributar. 1.2 Fundamentos da imposição tributária, suas limitações no nosso ordenamento. 1.3 Imunidade, isenção, alíquota zero, diferimento, incidência e não-incidência. 2. Sistema Tributário Nacional. 2.1 Princípios constitucionais tributários. 2.2 Competência Legislativa e Competência Tributária. 2.3 Limitações da competência tributária. 2.4 Discriminação, repartição, destinação e vinculação constitucional da receita tributária. 2.5 Fundos de participação. 3. Fontes do direito tributário. 3.1 Hierarquia das normas. 3.2 Vigência e aplicação da legislação tributária no tempo e no espaço. 3.3 Legislação tributária. 3.4 Conceitos. 3.5 Lei ordinária e lei complementar; Lei Delegada; Decretos Legislativos; Resoluções do Senado; Atos Normativos de Autoridade Administrativa; Decretos e Despachos Normativos do Executivo; Resoluções Administrativas; Portarias; Decisões Administrativas e Consultas. 3.6 Matérias reservadas à previsão por Lei Complementar. 3.7 Medida provisória. 3.8 Tratados e convenções

internacionais. 3.9 Convênios do CONFAZ. 4. Regras de vigência, aplicação e integração. 4.1 Interpretação e integração da legislação tributária. 4.2 Decadência e Prescrição em matéria tributária (prescrição intercorrente judicial e administrativa). 5. Obrigação tributária. 5.1 Obrigação principal e acessória. 5.2 Fato Gerador: ocorrência, aspectos materiais, temporal e espacial. 5.3 Elementos valorativos: base de cálculo e alíquota. 5.4 Efeitos, consequências, validade e invalidade dos atos jurídicos. 5.5 Sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária: contribuinte e responsável. 5.6 Solidariedade. 5.7 A imposição tributária e as convenções particulares. 5.8 Capacidade tributária. 5.9 Domicílio tributário. 5.10 Preferência. 5.11 Fraude à execução. 6. Responsabilidade tributária: sucessores, terceiros, responsabilidade nas infrações, responsabilidade dos diretores e gerentes das pessoas jurídicas de direito privado por dívidas sociais. 6.1 Responsabilidade supletiva. 6.2 Substituição tributária. 6.3 Pagamento indevido: Compensação e Repetição de Indébito. 6.4 A desconsideração da personalidade jurídica. 7. Crédito tributário: constituição, lançamento, natureza jurídica. 7.1 Caráter vinculado da atividade de lançamento, efeitos e modalidades. 7.2 Garantias e privilégios do crédito tributário. 7.3 Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. 7.4 Garantias e privilégios do crédito tributário. 8. Tributos. Conceito. 8.1 Natureza jurídica. 8.2 Classificação: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições sociais. 8.3 Contribuições: espécies e natureza jurídica. 8.4 Imposto sobre Serviços (ISS). 8.5 Fato gerador, alíquota e base de cálculo. 8.6 Sujeito ativo e sujeito passivo. 8.7 ISS: conceito de serviço. 8.8 Serviços compreendidos na competência municipal. 8.9 Autonomia municipal e guerra fiscal. 8.10 Local da prestação de serviços, sede da empresa e sede do estabelecimento prestador para fins de tributação. 8.11 Jurisprudência do STJ e do STF. 8.12 Lista de serviços. 8.13 Relações ente ISS e ICMS: fornecimento simultâneo de mercadorias e serviços. 8.14 Imposto sobre prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicações. 8.15 Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). 8.16 Taxa de coleta de resíduo sólido. 8.17 Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP). 8.18 Tributos federais. 8.19 Tributos estaduais. 8.20 Contribuição de melhoria. 8.21 Contribuições sociais, econômicas e profissionais. 8.22 Empréstimo compulsório. 8.23 Contribuições previdenciárias. 8.24 Taxas. 8.25 Preços públicos. 8.26. Taxa judiciária, custas e emolumentos. 9. Administração tributária: fiscalização, sigilo, auxílio da força pública, excesso de exação. 9.1 Dívida ativa: inscrição, presunção de certeza e de liquidez e consectários. 9.2 Certidões negativas. 9.3 Fiscalização. 9.4 Arrecadação. 10. Processo administrativo fiscal: consulta, contencioso administrativo. 10.1 Processo judicial tributário. 10.2 Dívida ativa. 10.3. Evasão e elisão tributárias. 11. Sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições das microempresas e das empresas de pequeno porte (SIMPLES NACIONAL). 11.1 Lei Complementar n. 123/2006 e Resolução CGSN 140/2018.12. Jurisprudência e Súmulas do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso.

4. Retifica-se o Anexo I, passando a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê (ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO) nas PROVAS 1 (P1) das áreas de especialização “GESTÃO TRIBUTÁRIA”, “TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO” e “DIREITO/PROCESSO TRIBUTÁRIO”, na disciplina “DIREITO PENAL I”:

DIREITO PENAL I: 1. Conceito, funções e características do Direito Penal. Evolução do Direito Penal e do Direito Penal brasileiro. Fontes e princípios do Direito Penal. Doutrinas,

escolas e tendências penais. Direito penal do fato e do autor. Direito penal do inimigo. 2. Teoria da norma penal. Lei penal: fontes, características, interpretação, integração, vigência e aplicação. A lei penal no tempo e no espaço. A lei penal em relação às pessoas. Conflito aparente de normas. 3. Teoria do crime: conceito de crime, evolução histórica e principais sistemas. Bem jurídico. Dano e perigo. Teoria da conduta. Condutas comissivas e omissivas. Classificação das infrações penais. 4. Teoria do tipo penal. Classificações. Tipicidade. Tipos dolosos e culposos. Fases de realização do crime. Consumação e tentativa. Exaurimento. Desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior. Crime impossível. Relação de causalidade. Imputação. Imputação objetiva. 5. Ilícitude e causas excludentes. Culpabilidade e dirimentes. Imputabilidade penal. Erro de tipo e de proibição. 6. Do concurso de pessoas. 7. Teoria geral das penas. Penas em espécie. Aplicação, dosimetria e regime de cumprimento das penas. Suspensão condicional da Pena. Livramento condicional. Efeitos da condenação. Reabilitação. 8. Medidas de segurança. 9. Concurso de crimes. Erro na execução e resultado diverso do pretendido. Limites das penas. 10. Ação penal. 11. Extinção da punibilidade. 12. Crimes contra a pessoa 13. Crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a propriedade imaterial. 14. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos. 15. Crimes contra a dignidade sexual. 16. Crimes contra a família. 17. Crimes contra a incolumidade pública. 18. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. 19. Crimes contra a administração pública. 20. Crimes contra a ordem tributária.

Leia-se:

DIREITO PENAL I: 1. Conceito, funções e características do Direito Penal. Evolução do Direito Penal e do Direito Penal brasileiro. Fontes e princípios do Direito Penal. Doutrinas, escolas e tendências penais. Direito penal do fato e do autor. Direito penal do inimigo. 2. Teoria da norma penal. Lei penal: fontes, características, interpretação, integração, vigência e aplicação. A lei penal no tempo e no espaço. A lei penal em relação às pessoas. Conflito aparente de normas. 3. Teoria do crime: conceito de crime, evolução histórica e principais sistemas. Bem jurídico. Dano e perigo. Teoria da conduta. Condutas comissivas e omissivas. Classificação das infrações penais. 4. Teoria do tipo penal. Classificações. Tipicidade. Tipos dolosos e culposos. Fases de realização do crime. Consumação e tentativa. Exaurimento. Desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior. Crime impossível. Relação de causalidade. Imputação. Imputação objetiva. 5. Ilícitude e causas excludentes. Culpabilidade e dirimentes. Imputabilidade penal. Erro de tipo e de proibição. 6. Do concurso de pessoas. 7. Teoria geral das penas. Penas em espécie. Aplicação, dosimetria e regime de cumprimento das penas. Suspensão condicional da Pena. Livramento condicional. Efeitos da condenação. Reabilitação. 8. Medidas de segurança. 9. Concurso de crimes. Erro na execução e resultado diverso do pretendido. Limites das penas. 10. Ação penal. 11. Extinção da punibilidade. 12. Crimes contra a administração pública. 13. Crimes contra a ordem tributária.

5. Retifica-se o Anexo I, passando a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê (ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO) na PROVAS 2 (P2) da área de especialização “TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO” na disciplina “TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CIÊNCIA DE DADOS”:

- **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CIÊNCIA DE DADOS**
 1. Fundamentos. 2. Classificação. 3. Coleta, tratamento, armazenamento, integração e recuperação de dados. 4. Regras de associação. 5. Modelagem relacional e multidimensional. 6. Aprendizagem de máquina: fundamentos, principais algoritmos e métricas de desempenho. 7. Regressão linear. 8. Regressão logística. 9. Análise de agrupamentos (clusterização). 10. Classificação. 11. Detecção de anomalias. 12. Modelagem preditiva. 13. Visão computacional. 14. Mineração de texto. 15. Redes neurais artificiais. 16. Deep learning. 17. Visualização e análise exploratória de dados. 18. Business intelligence. 19. Ferramentas de análise: Oracle BIEE, Oracle Data Visualization, QlikView e PowerBI. 20. Processamento de Linguagem Natural . 21. Python: Fundamentos de Python, Python para Análise de Dados, Desenvolvimento Web com Python, Python para Machine Learning. 22. Inteligência Artificial.

Leia-se:

- **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CIÊNCIA DE DADOS**
 1. Fundamentos. 2. Classificação. 3. Coleta, tratamento, armazenamento, integração e recuperação de dados. 4. Regras de associação. 5. Modelagem relacional e multidimensional. 6. Aprendizagem de máquina: fundamentos, principais algoritmos e métricas de desempenho. 7. Regressão linear. 8. Regressão logística. 9. Análise de agrupamentos (clusterização). 10. Classificação. 11. Detecção de anomalias. 12. Modelagem preditiva. 13. Visão computacional. 14. Mineração de texto. 15. Redes neurais artificiais. 16. Deep learning. 17. Visualização e análise exploratória de dados. 18. Business intelligence. 19. Ferramentas de análise: Oracle BIEE, Oracle Data Visualization, QlikView e PowerBI. 20. Processamento de Linguagem Natural . 21. Python: Fundamentos de Python, Python para Análise de Dados, Desenvolvimento Web com Python, Python para Machine Learning. 22. Inteligência Artificial.

6. Retifica-se o item 8.5, passando a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê:

8.5 Para concorrer às vagas reservadas aos candidatos indígenas, o candidato deverá manifestar, no formulário de inscrição, o desejo de participar do Concurso nessa condição, observado o período de inscrição disposto na alínea “a” do item 4.2, preenchendo a autodeclaração de que pertence ao grupo indígena, conforme quesito raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, independentemente de o candidato residir ou não em terra indígena.

Leia-se:

8.5 Para concorrer às vagas reservadas aos candidatos indígenas, o candidato deverá manifestar, no formulário de inscrição, o desejo de participar do Concurso nessa condição

observado o período de inscrição disposto na alínea “a” do item 4.2.

7. Retifica-se o item 8.6 e os subitens 8.6.1, 8.6.2 e 8.6.3, passando a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê:

8.6 Os candidatos que, no ato da inscrição, declararem-se negros e que forem aprovados no Concurso serão convocados por meio de Edital, a ser publicado em momento oportuno no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/smfcuiaba24>, para Procedimento de Heteroidentificação, ocasião em que será verificada a veracidade das informações prestadas pelos candidatos, por meio de análise do fenótipo.

8.6.1 O Procedimento de Heteroidentificação será realizado presencialmente na cidade de aplicação da prova objetiva e discursiva, com os candidatos autodeclarados negros aprovados nas provas, por uma comissão especial a ser instituída pela FGV para esse fim.

8.6.2 Será enquadrado como negro o candidato que assim for reconhecido pela maioria dos membros presentes na comissão mencionada no subitem 8.5.1.

8.6.3 O candidato deverá comparecer ao Procedimento de Heteroidentificação munido do formulário de autodeclaração (Anexo IV), a fim de ser confrontado com o fenótipo declarado, além de documento de identidade (original e cópia), e 1 (uma) foto tamanho 3x4.

Leia-se:

8.6 Os candidatos que, no ato da inscrição, declararem-se negros ou indígenas e que forem aprovados no Concurso serão convocados por meio de Edital, a ser publicado em momento oportuno no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/smfcuiaba24>, para Procedimento de Heteroidentificação, ocasião em que será verificada a veracidade das informações prestadas pelos candidatos, por meio de análise do fenótipo.

8.6.1 O Procedimento de Heteroidentificação será realizado presencialmente na cidade de aplicação da prova objetiva e discursiva, com os candidatos autodeclarados negros ou indígenas aprovados nas provas, por uma comissão especial a ser instituída pela FGV para esse fim.

8.6.2 Será enquadrado como negro ou indígena o candidato que assim for reconhecido pela maioria dos membros presentes na comissão mencionada no subitem 8.5.1.

8.6.3 O candidato deverá comparecer ao Procedimento de Heteroidentificação:

8.6.3.1. Para candidatos negros: munido do formulário de autodeclaração (Anexo III, a fim de ser confrontado com o fenótipo declarado, além de documento de identidade (original e cópia), e 1 (uma) foto

tamanho 3x4.

8.6.3.2 Para candidatos indígenas: munido de declaração de sua respectiva comunidade



sobre sua condição de pertencimento étnico, assinada por, pelo menos, duas lideranças reconhecidas, conforme Anexo IV.

8. Retifica-se o item 8.7, passando a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê:

8.7 O indeferimento da condição de negro, bem como o não comparecimento ao Procedimento de Heteroidentificação e recusa a realizar a filmagem do procedimento, acarretará a perda do direito a concorrer às vagas reservadas a candidatos negros, passando o candidato a constar apenas na lista de classificação geral.

Leia-se:

8.7 O indeferimento da condição de negro ou indígena, bem como o não comparecimento ao Procedimento de Heteroidentificação e recusa a realizar a filmagem do procedimento, acarretará a perda do direito a concorrer às vagas reservadas a candidatos negros ou indígenas, passando o candidato a constar apenas na lista de classificação geral.

9. Retifica-se o item 8.10, passando a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê:

8.10 O candidato cujo enquadramento na condição de negro seja indeferido poderá interpor recurso no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente ao da divulgação da lista, mediante requerimento feito à FGV pelo endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/smf cuiaba24>.

Leia-se:

8.10 O candidato cujo enquadramento na condição de negro ou indígena seja indeferido poderá interpor recurso no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente ao da divulgação da lista, mediante requerimento feito à FGV pelo endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/smf cuiaba24>.